

Relato da 144ª Reunião do Plenário

No dia 21 de dezembro de 2020, realizou-se a centésima quadragésima quarta sessão plenária do Conselho Nacional de Educação (CNE)¹, através da Plataforma Zoom, tendo sido adotada a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Aprovação do relato da 143.ª Sessão Plenária;
3. Intervenção do Comissário do Plano Nacional das Artes (PNA) Dr. Paulo Pires do Vale;
4. Apresentação do relatório “Estado da Educação 2019” (Edição 2020).

Ponto 1. Informações, a Presidente saudou os presentes e referiu não ter muitas informações a dar, dado o tempo curto que decorreu desde a realização da anterior reunião. Mencionou as reações que surgiram na imprensa, na sequência da aprovação da Recomendação sobre o *Acesso ao ensino superior e a sua articulação com o ensino secundário*, e convidou o Conselheiro Pedro Lourtie, na qualidade de relator do projeto da referida Recomendação, a pronunciar-se sobre as mesmas, caso assim o entendesse. O Conselheiro identificou as reações vertidas em dois artigos, um do Público e outro do JN, e ainda numa carta aberta subscrita por dois professores da Universidade do Porto e lembrou os objetivos subjacentes à elaboração da recomendação, um dos quais era o lançamento do debate e reflexão em torno da temática, o que parecia estar a ser conseguido. Não havendo mais informações, a Presidente passou ao ponto seguinte.

No ponto 2. Aprovação do relato da 143ª Sessão Plenária, a Presidente colocou à apreciação e votação a proposta de relato, que foi aprovada, mantendo o prazo de uma semana para a comunicação de eventuais propostas de alteração.

No ponto 3. Intervenção do Comissário do Plano Nacional das Artes (PNA), a Presidente deu as boas vindas ao Dr. Paulo Pires do Vale e agradeceu-lhe o ter aceitado o convite do Conselho Nacional da Educação para fazer uma intervenção nesta reunião plenária, considerando que falar sobre as Artes neste momento se tornou ainda mais pertinente, pelo facto de ter sido um dos setores mais prejudicados com a pandemia. E acrescentou que a ideia será ter uma visão global do Plano e das suas implicações para todos, e perceber como se poderá contribuir para o seu desenvolvimento.

Na sua comunicação, o Senhor Comissário apresentou o PNA, referindo que tinha sido criado em fevereiro de 2019, através de uma Resolução do Conselho de Ministros, numa iniciativa conjunta dos Ministérios da Educação e da Cultura, mas porque se considerou importante a inserção do ensino superior nesta equação, foi já organizado um encontro nacional sobre o papel da cultura na universidade, onde estiveram presentes todas as universidades que integram o CRUP.

Acrescentou que, desde o início, se pensou que o território do Plano Nacional das Artes não era propriamente a escola, mas que se dirigia a todos os setores, pelo que contempla propostas orientadas igualmente para as autarquias e as instituições culturais, bem como para um

¹ A gravação integral da reunião encontra-se no arquivo do CNE.

compromisso cultural das empresas e dos cidadãos. Salientou a ideia de mobilização das artes nas escolas, não as circunscrevendo às disciplinas artísticas, antes evidenciando a sua dinâmica transdisciplinar, através da criação de projetos culturais de escola, como forma de “indisciplinar” a escola, e que envolvam igualmente as instituições culturais e os artistas. Destacou outra característica do PNA: a de promoção da democratização da cultura, incentivando os cidadãos não só à sua fruição, mas também à sua participação “dando-lhes voz e valorizando os seus conhecimentos, práticas e tradições. Assim, todos poderão contribuir para a cultura da comunidade”.

Percorreu os objetivos, os princípios estratégicos, e os três eixos do plano de ação estratégica: A – Política cultural, B – Capacitação e C – Educação e acesso e, dentro destes, os programas e medidas a implementar.

A Presidente agradeceu esta apresentação e referiu o interesse do CNE em colaborar com o PNA, realçando a perspetiva da transdisciplinaridade das artes e do seu poder indisciplinador, bem como a ideia do incentivo não só à fruição, mas também à autoria e produção cultural. Salientou outra ideia, que considerou como muito importante, a do papel das artes e da literatura no desenvolvimento da empatia e respeito pelo outro.

As intervenções dos conselheiros: Antero Resende, Luís Capucha, Joaquim Azevedo, Manuela Encarnação, Manuel Gomes e Manuel Porto, realçaram o interesse, a ambição, o reforço da componente inclusiva e o ênfase na democracia cultural do PNA, chamando a atenção, no entanto, para as condições desiguais das escolas portuguesas. Consideraram igualmente importante dar atenção às culturas populares, ao papel do PNA no despertar do desejo nas escolas e professores para a participação e compreensão da importância das artes na educação, assim como para a relevância da sua integração na componente curricular, entrelaçando as aprendizagens essenciais e as ações estratégicas. Foi também sugerida a ligação a países de língua portuguesa, bem como a outros territórios, onde a presença portuguesa ainda se faz sentir, o que permitiria o intercâmbio cultural.

Ponto 4. Apresentação do relatório *Estado da Educação 2019 (edição de 2020)* – A Presidente iniciou a apresentação do relatório com a evolução positiva, nos últimos anos, relativamente às metas EF 2020, temendo, no entanto, que a pandemia venha a ter um efeito negativo nesta evolução. No caso da meta referente à taxa de pré-escolarização, esclareceu que a percentagem indicada reportava a 2018, mas tendo em conta os dados referentes a 2019, as percentagens relativas às crianças das faixas etárias dos quatro e dos cinco anos indicam que a meta já foi atingida.

Destacou outros aspetos do relatório, nomeadamente:

- A diminuição da percentagem de alunos portugueses que dizem gostar da escola, e que apontam como principais causas deste crescente desgosto as aulas e, em primeiro lugar, a comida dos refeitórios. Indicam também como dificuldades, na escola, a matéria ser demasiada, aborrecida e difícil e a avaliação ser stressante.
- A elevada percentagem de alunos portugueses com explicações, o que parece indiciar a existência de uma escola “sombra”;
- A diminuição da taxa de retenção em todos os níveis e ciclos de escolaridade e o aumento das taxas de conclusão e de escolarização;
- O aumento do número de inscritos em cursos de ensino superior, conferentes ou não de grau;

- Em matéria de educação de adultos, Portugal ainda apresenta, uma percentagem elevada de adultos entre os 25 e os 64 anos, com o ensino básico como nível de escolaridade máximo;
- O acentuado envelhecimento do corpo docente, que tem vindo a ser realçado nos vários relatórios;
- A diminuição do número de candidatos a cursos de licenciatura em educação básica;
- A questão do pessoal não docente, analisada recentemente numa recomendação do CNE, com alguns dados sobre a evolução dos números nos últimos anos;
- O aumento do valor da despesa do Estado em educação e em investigação, embora esta esteja ainda aquém do que seria desejável;
- As escolas portuguesas estavam mais equipadas e conectadas digitalmente, em todos os níveis de ensino, do que a média dos países da UE, em 2017/2018, no entanto, uma percentagem elevada dos computadores tem mais de três anos e apenas 7% dos alunos portugueses indicaram utilizar essas tecnologias para realizar atividades escolares;
- Relativamente a medidas de equidade, chamou a atenção para os resultados alcançados nas metas definidas no Plano Integrado de Promoção do Sucesso Escolar (ProSucesso), da Região Autónoma dos Açores; para o aumento das bolsas no âmbito do Programa Operacional para a Promoção da Educação (OPRE), que apoia o ingresso e a frequência no ensino superior de estudantes provenientes das comunidades ciganas e para o aumento do número de camas no âmbito do Plano Nacional de Alojamento do Ensino Superior

Para além dos números do relatório, a Presidente salientou o último ano muito atípico, que pode vir a ter um impacto negativo nos resultados alcançados e exigir um esforço acrescido de recuperação. De igual modo, referiu, a nível político e social, alguns acontecimentos em termos mundiais que tornaram visíveis as fragilidades, que se julgavam ultrapassadas, das conquistas civilizacionais, nomeadamente a nível dos direitos humanos.

Evidenciou o crescente descontentamento, que alguns atribuem ao aumento das desigualdades, apesar dos extraordinários progressos no nível de vida da população mundial, e que se tornaram globais, designadamente a crise financeira, as alterações climáticas, as consequências sobre o trabalho e o emprego da revolução digital, e agora, também, as doenças pandémicas, e que tornam insuficientes, a nível nacional, as respostas para lhes fazer face.

Considera que esta situação vai exigir pessoas mais cultas, capazes de compreender esta complexidade, suportar a insegurança e a incerteza e de colaborar com os outros, no sentido de orientar as transformações que são desejáveis, daí a importância da educação.

Neste sentido, chamou a atenção para a análise dos resultados das provas de aferição, que indicam que as maiores percentagens médias de acerto são no domínio cognitivo Conhecer/Reproduzir, enquanto nos domínios Aplicar/Interpretar e Raciocinar/Criar são reveladas maiores dificuldades. Mas são estas últimas (“Raciocinar e criar”) as mais prezadas para o mundo de incerteza que se vive e se antecipa.

Por fim, referiu o destaque que foi dado neste relatório ao ensino profissional, com um capítulo inteiramente dedicado às ofertas educativas destinadas a jovens, que lhes permitem concluir o ensino secundário em cursos de dupla certificação, e a parte IV, que integra um conjunto de textos que foram solicitados a especialistas, permitindo assim alargar o âmbito e as perspetivas

sobre a temática. E lembrou o artigo do Conselheiro Joaquim Azevedo sobre este tema, que foi publicado no relatório *Estado da Educação 2018*.

Das intervenções que se seguiram, dos conselheiros Antero Resende, João Pedro Louro, José Luís Presa, Manuel Porto e da Conselheira Mariana Avelãs realçam-se as seguintes ideias:

- o agrado com a evolução positiva dos indicadores, que aproximam Portugal da média europeia e das metas EF 2020;

- o regozijo com o tema central do relatório, que quase coincidiu com a comemoração recente dos 30 anos da criação das escolas profissionais em Portugal. A importância do ensino profissional na evolução da qualificação dos portugueses e o impacto positivo que tem tido no desenvolvimento das economias, sobretudo nos países onde existe uma forte implementação deste tipo de ensino. A necessidade de reforçar a aposta neste tipo de qualificação, de diversificar a oferta de formação e de providenciar mais informação e orientação vocacional;

- o realce pela negativa para a implementação do Plano Nacional para o Alojamento no Ensino superior, que continua muito aquém do noticiado, do desejado e do necessário. Os custos da frequência do ensino superior não passam apenas pelo valor das propinas, mas também, e muito, pelas despesas com o alojamento e não apenas nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto;

- o alarme com a redução da percentagem de jovens portugueses que dizem não gostar da escola e do que isso representa, atribuída pelo Conselheiro Antero Resende ao facto de, em Portugal, os alunos trabalharem numa escola do século passado e desajustada da realidade, nomeadamente em termos de infraestruturas. A Conselheira Mariana Avelãs realçou o decréscimo acentuado da participação dos jovens na vida das escolas, afirmando que as crianças e jovens têm sido infantilizados. Defendeu a importância de os jovens reconquistarem a escola e do dever que as escolas têm de estimular as crianças e os jovens para uma participação ativa. Através do *chat*, a Conselheira Inácia Santana referiu que o “desgosto” da escola vai além das condições físicas, embora também sejam importantes, porque considera que a falta de envolvimento dos alunos nas aprendizagens leva a uma enorme falta de significado daquilo que devem aprender. Por outro lado, observa que as modalidades de trabalho pedagógico ainda centradas nos manuais, quando todos os estímulos que os alunos têm fora da escola está centrado nas tecnologias, contribuem vivamente para essa falta de interesse pela escola. E acrescentou que é determinante um debate sobre isto, que envolva os próprios alunos.

A Presidente informou, a este propósito, que o CNE está a preparar uma Recomendação sobre a voz das crianças e jovens, agradeceu os contributos de todos e deu por encerrados os trabalhos desta sessão plenária.